

Instituto Pacto Contra a Fome

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263O2-020-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos e Diretores e Associados do
Instituto Pacto Contra a Fome
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Pacto Contra a Fome (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo em nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pacto Contra a Fome em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Instituto Pacto Contra Fome

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	567.753	2.987.948
Adiantamento a fornecedores	5	64.417	53
Outros créditos		49.585	47.793
Total do ativo circulante		681.755	3.035.794
Ativo não circulante			
Imobilizado e intangível	6	2.432.351	509.430
Aplicações financeiras	7	159.397	-
Total do ativo não circulante		2.591.748	509.430
Total do ativo		3.273.503	3.545.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pacto Contra Fome

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio social

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	352.337	149.339
Impostos e contribuições	9	8.640	10.985
Provisões trabalhistas	10	1.304.500	974.140
Projetos a executar	11	-	424.464
Adiantamento de cliente		3.573	-
Total do passivo circulante		1.669.050	1.558.928
Patrimônio social	12	1.604.453	1.986.296
Total do patrimônio social		1.604.453	1.986.296
Total do passivo e patrimônio social		3.273.503	3.545.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pacto Contra Fome

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	2025	2024
Receitas			
Receitas de recursos de projetos			
Receitas para execução de programas e projetos	13	896.570	463.101
Receitas operacionais sem restrições			
Receitas institucionais	14	21.075.883	12.932.236
Obtenção de serviço voluntário	15	3.631.000	3.659.450
Impostos incidentes		(21.559)	(68.747)
Recetas diversas		10.237	22.151
Total das receitas		25.592.131	17.008.191
Custos operacionais			
Custos para execução de programas e projetos	16	(896.570)	(463.101)
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	17	(10.572.305)	(6.792.598)
Despesas com serviços de terceiros	18	(6.545.513)	(4.624.091)
Despesas gerais e administrativas	19	(4.410.148)	(2.498.278)
Depreciação e amortização	6	(72.605)	(57.060)
Despesas tributárias	20	(212.592)	(247.189)
Apropriação de serviço voluntário	15	(3.631.000)	(3.659.450)
Total das despesas operacionais		(26.340.733)	(18.341.767)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(748.602)	(1.333.576)
Resultado financeiro			
	21		
Despesas financeiras		(16.774)	(7.573)
Receitas financeiras		383.533	283.983
Total do resultado financeiro		366.759	276.410
Déficit do exercício		(381.843)	(1.057.165)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pacto Contra Fome

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Déficit do exercício	(381.843)	(1.057.165)
Déficit abrangente do exercício	(381.843)	(1.057.165)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pacto Contra Fome

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Patrimônio social	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.043.461
Déficit do exercício	(1.057.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.986.296
Déficit do exercício	(381.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.604.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pacto Contra Fome

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(381.843)	(1.057.165)
Ajustes por		
Depreciação (custo)	72.605	57.060
Variação dos ativos e passivos		
Adiantamento	(64.364)	3.697
Outros créditos	(1.792)	(47.243)
Contas a pagar	202.998	(122.607)
Impostos e contribuições	(2.345)	8.600
Provisões trabalhistas	330.360	631.373
Custos para execução de programas e projetos	(424.464)	(16.945)
Adiantamento de cliente	3.573	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(265.272)	(543.230)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.995.526)	(35.095)
Aplicação financeira	(159.397)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.154.923)	(35.095)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.420.194)	(578.324)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.987.948	3.566.272
No final do exercício	567.753	2.987.948
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.420.194)	(578.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Pacto Contra a Fome (“IPCF” ou “Instituto”) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em 10 de março de 2023, como pessoa jurídica de direito privado. Sua sede está localizada na Av. Rebouças, nº 3506, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP: 05402-600.

O Instituto tem como finalidade promover a assistência social por meio da mobilização e articulação de diversos setores da sociedade para erradicar a fome de maneira estrutural e permanente. Além disso, busca reduzir o desperdício de alimentos e fortalecer políticas e ações voltadas à segurança alimentar em todo o território nacional.

2. Projetos e atuação do Instituto

Ao longo de 2025, o Instituto Pacto Contra a Fome consolidou e expandiu seu portfólio de iniciativas estruturantes, com foco na geração de impacto sistêmico no combate à fome e à redução do desperdício de alimentos no Brasil. Sua atuação concentrou-se no desenvolvimento de soluções escaláveis, fortalecimento de políticas públicas e articulação multissetorial. Entre os principais avanços e entregas do período, destacam-se:

- **Agenda Legislativa (“Da política ao prato”):** realização de um dos maiores levantamentos legislativos sobre segurança alimentar no país, com mapeamento de 1.915 propostas e priorização de 7 iniciativas estratégicas. O trabalho resultou na mobilização de 22 parlamentares e 21 organizações, culminando na aprovação de 4 projetos de lei e sanção de 3 leis, incluindo o PL 800/2024, além do aprimoramento de critérios do SISAN, fortalecendo a efetividade das políticas públicas.
- **Campanha de Conscientização:** estruturação de uma estratégia nacional multicanal para redução do desperdício de alimentos, incluindo o lançamento da assistente digital TIA Contra a Fome, que alcançou mais de 10 mil acessos na primeira semana. A campanha também promoveu parcerias com o setor privado e impactou mais de 11 milhões de pessoas, além de viabilizar iniciativas práticas de redistribuição de alimentos e redução de emissões.
- **Hub de Conexões:** consolidação como a principal plataforma nacional de mapeamento e articulação de iniciativas de segurança alimentar, reunindo 1.741 organizações, 1.889 iniciativas e mais de 2.300 pontos georreferenciados. Em 2025, o Hub evoluiu com melhorias tecnológicas e uso de inteligência artificial, ampliando a integração e a eficiência do ecossistema.
- **Hub de Redistribuição de Alimentos:** desenvolvimento da primeira infraestrutura digital nacional para redistribuição de alimentos, com criação do Selo de Confiança para rastreabilidade e transparência das doações. Em 2025, foram estruturadas as bases operacionais e parcerias estratégicas para implementação de pilotos em larga escala.
- **Projeto CEASAs:** realização de diagnósticos em 6 centrais estratégicas, identificando potencial de recuperação de dezenas de milhares de toneladas de alimentos por ano, com impacto direto na geração de milhões de refeições. O projeto também estruturou uma metodologia nacional replicável e planos de ação para modernização dos bancos de alimentos.
- **Prêmio Pacto Contra a Fome:** fortalecimento do prêmio como principal plataforma de reconhecimento e mobilização do setor, com ampliação do impacto para além do aporte financeiro, incluindo desenvolvimento institucional, conexões estratégicas e criação de uma comunidade colaborativa entre finalistas e vencedores.
- **Fortalecimento do SISAN (Pará e Maranhão):** avanço significativo na adesão municipal ao sistema, com crescimento de 115% no Maranhão (de 87 para 187 municípios) e 200% no Pará (de 23 para 118 municípios), além da mobilização de mais de 700 gestores públicos e fortalecimento da governança estadual.

De forma complementar, o Instituto aprofundou sua atuação territorial, com destaque para o Ceará, onde desenvolveu estudos inéditos de vulnerabilidade alimentar para orientar políticas públicas e priorização de ações.

Esses avanços reforçam o posicionamento do Instituto como articulador nacional de soluções estruturais, com atuação integrada em inteligência, articulação e incentivo, contribuindo para a construção de um sistema alimentar mais eficiente, inclusivo e sustentável.

2.2. Impacto e alcance

A atuação do Instituto é viabilizada por meio da adesão de parceiros pessoa física e jurídica, que contribuem com recursos financeiros e apoio técnico para o desenvolvimento das iniciativas. Essas contribuições ocorrem por meio de doações institucionais, parcerias estratégicas e apoio a projetos específicos, podendo incluir também a participação em grupos de trabalho, desenvolvimento conjunto de soluções e mobilização em agendas públicas. Dessa forma, os parceiros não apenas financiam as atividades, mas também contribuem ativamente para a execução e escala dos projetos, fortalecendo o impacto coletivo das ações do Instituto.

2.3. Continuidade das operações

Em resposta ao cenário de déficit apurado nos exercícios de 2025 e 2024, observa-se que, embora o resultado negativo tenha apresentado redução em 2025 quando comparado ao exercício anterior, o Instituto encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2025 com capital circulante líquido (CCL) negativo. Tal condição reflete, principalmente, desembolsos incorridos ao longo de 2025, incluindo investimentos realizados na rubrica de imobilizado, bem como o aumento do quadro de colaboradores em relação ao exercício de 2024.

Esses fatores estão associados à execução das atividades institucionais e à ampliação do escopo de projetos, contudo, impactaram de forma relevante a posição de liquidez no curto prazo. Diante desse contexto, a Administração reconhece a necessidade de atenção contínua à gestão financeira e ao equilíbrio entre receitas e despesas.

Com vistas à preservação de caixa e à manutenção da continuidade operacional, a Administração definiu, para o próximo exercício, um conjunto de medidas, incluindo gestão mais rigorosa dos recebíveis, priorização de receitas com maior grau de previsibilidade, bem como controle mais restritivo dos desembolsos, concentrando-se em despesas consideradas essenciais. Adicionalmente, a Administração mantém monitoramento permanente do fluxo de caixa e avalia de forma recorrente a adequação do escopo dos projetos à disponibilidade financeira.

Na avaliação da continuidade operacional, foram considerados eventos subsequentes ao encerramento do exercício, incluindo a entrada de novos recursos financeiros, os quais podem contribuir para mitigar pressões de liquidez no curto prazo, não eliminando, contudo, a necessidade de acompanhamento contínuo da situação financeira e dos resultados operacionais do Instituto.

2.4. Aspectos tributários e renúncia fiscal

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para atender às orientações da norma ITG 2002, a Administração do Sindicato avaliou a mensuração e divulgação dos valores da renúncia fiscal decorrentes das isenções de impostos e contribuições concedidos ao Instituto.

Com relação ao imposto de renda e à contribuição social, a Administração concluiu ser impraticável a mensuração dessas obrigações como se devidas fossem, pois embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (Lucro ou Prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

O Instituto goza do benefício de isenção do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da atividade sindical de acordo com a Lei nº 9.178/98. A Administração concluiu ser impraticável a mensuração da obrigação do Cofins como se devidas fossem, sobre suas receitas sindicais e associativas, pois entende que a forma de tributação não é idêntica, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes da Cofins sobre as suas receitas não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto com a publicação do Decreto nº 8.426/15, o Instituto passou a recolher a Cofins pelo regime não cumulativo, incidente sobre as receitas financeiras.

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, o Sindicato está sujeito ao pagamento da contribuição para PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As receitas provenientes de contribuição associativa, patrocínios e cursos oferecidos aos associados-filiados são hipóteses de não incidência tributária pertinente ao ISS – Imposto Sobre Serviço em conformidade com a legislação do município. Os cursos oferecidos a participantes não associados há incidência do ISS, e o Sindicato recolhe o imposto.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações assessorias decorrentes; e
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto Pacto Contra Fome vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

3. Base preparação e elaboração das demonstrações contábeis e resumo das principais políticas contábeis

3.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a NBC TG 1000 (R1) CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto Pacto Contra Fome no processo de aplicação das políticas contábeis.

Em 15 de maio de 2026, a Administração do Instituto aprovou a emissão das demonstrações contábeis, e autorizou sua divulgação.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

3.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto Pacto Contra Fome atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto Pacto Contra Fome.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento indeterminado e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

3.4. Aplicações financeiras

Curto prazo

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Longo prazo

O saldo de longo prazo refere-se às aplicações financeiras do Instituto em fundos de investimento correspondem a instrumentos financeiros cuja rentabilidade decorre da valorização da cota, não havendo pagamento de juros prefixados ou pós-fixados diretamente ao investidor.

3.5. Imobilizado

Os imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação/amortização acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício,

quando incorridos. A depreciação é realizada com base na vida útil esperada dos bens, de acordo com as taxas a seguir:

	Anos
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis marcas e patentes, são mensurados com base nos valores de aquisição e possui vida útil, indefinida, desta forma as marcas e patentes não sofre amortização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.7. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a valores decorrentes de gastos incorridos no exercício de 2025, reconhecidos pelo regime de competência. Esses valores são registrados com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, apresentam vencimento no curto prazo e são liquidados, majoritariamente, no mês subsequente (2026).

3.8. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança; quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Instituto.

3.9. Doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa) em função de sua natureza de imprevisibilidade. Já os recursos auferidos por força dos diversos projetos e programas operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares, desenvolvidos pelo Instituto Pacto Contra Fome (elencados na Nota Explicativa nº 1), são reconhecidos pelo regime de competência, em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontado com os custos e as despesas correspondentes. O Instituto Pacto Contra a Fome reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança; quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Instituto.

As receitas decorrentes de doações são reconhecidas ao resultado no momento de sua ocorrência.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimento sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o Imposto sobre operações de crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3.11. Ativo circulante e passivo circulante

São demonstrados os valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto Pacto Contra Fome tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.13. Riscos de contingências

Em situações onde se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil desses riscos, a administração do Instituto Pacto Contra Fome adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, notadamente pelas interpretações conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000 - Resolução nº1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentro dessa linha, conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente.

Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, o Instituto adota como política do reconhecimento inicial apenas quando:

- a)** Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b)** É provável (isto é, maior probabilidade de sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e
- c)** O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

3.14. Patrimônio social

O patrimônio do Instituto Pacto Contra Fome é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

3.15. Gestão de risco financeiro

a) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto Pacto Contra Fome não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto Pacto Contra Fome não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixas e bancos – Sem restrição	1	1
Aplicações financeiras – Sem restrição	567.752	2.987.947
Total	567.753	2.987.948

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDB-DI Itaú, rentabilidade de 100% que somaram um montante de R\$ 350.546 no ano (Em 2024 - R\$ 283.983). O saldo de caixa em 2025, totalizou R\$ 727.150 (R\$567.753 em caixa e R\$159.397 em aplicações financeiras).

Na visão gerencial do Instituto, o saldo de caixa no final do período foi de R\$1,09 milhão. Esta redução no caixa é explicada, majoritariamente, por falha bancária em 31/12/2025, que antecipou o débito de R\$365.729 em pagamentos originalmente previstos para 02/01/2026, impactando negativamente o saldo de fechamento.

5. Adiantamentos a fornecedores

	2025	2024
Adiantamento	64.417	53
Total	64.417	53

6. Imobilizado e Intangível

Imobilizado	Taxa de depreciação anual	2024	Adições	Baixa	Depreciação	2025
Instalações	10%	318.426	-		(37.312)	281.114
Máquinas e equipamentos	10%	74.528	108.856		(11.775)	171.609
Móveis e utensílios	10%	115.285	327.332		(23.518)	419.099
Subtotal		508.238	436.187	-	(72.605)	871.820

Intangível	Taxa de depreciação anual	2024	Adições	Baixa	Depreciação	2025
Marcas e patentes	0%	1.192	2.860	-	-	4.053
Subtotal		1.192	2.860	-	-	4.053

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens tangíveis	Taxa de depreciação anual	2024	Adições	Baixa	Depreciação	2025
Imobilizado em andamento	0%	-	1.556.478	-	-	1.556.478
Subtotal		-	1.556.478	-	-	1.556.478
Total imobilizado e intangível		509.430	1.995.525	-	(72.605)	2.432.351

Em 2024, a movimentação do imobilizado refletiu, em sua maior parte, bens recebidos em doação destinados ao escritório inaugurado em 2023, incluindo máquinas, equipamentos, instalações e móveis, além da apropriação regular de depreciação no período.

Em 2025, o imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos gastos incorridos com a reforma do novo escritório do Instituto, realizada no período de outubro a dezembro. Tais valores permanecem classificados como imobilizado em andamento no período e, com a entrada em operação do ativo em 2026, onde serão reclassificados para benfeitorias em imóveis de terceiros e passarão a ser depreciados conforme sua vida útil estimada.

Movimentação 2024:

Imobilizado	Taxa de depreciação anual	2023	Adições	Baixa	Depreciação	2024
Instalações	10%	353.055	2.457		(37.087)	318.426
Máquinas e equipamentos	10%	60.396	21.014		(6.883)	74.528
Móveis e utensílios	10%	117.945	10.431		(13.091)	115.285
Total		531.396	33.903	-	(57.060)	508.238

Intangível	Taxa de depreciação anual	2023	Adições	Baixa	Depreciação	2024
Marcas e patentes	0%	-	-	-	-	1.192
Subtotal				-	-	1.192

7. Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicações Financeiras	159.397	-
Total	159.397	-

As aplicações financeiras incluem investimentos na modalidade Fundos, cuja rentabilidade está atrelada à valorização das cotas, refletindo resultado positivo no período.

8. Contas a pagar

	2025	2024
Fornecedores	285.337	149.339
Aluguéis a pagar	67.000	-
Total	352.337	149.339

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a valores decorrentes de gastos incorridos no exercício de 2025, reconhecidos pelo regime de competência. Esses valores foram registrados com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, com vencimento no curto prazo, a serem liquidadas majoritariamente no mês subsequente (2026).

9. Impostos e contribuições

	2025	2024
PIS, Cofins e contribuição retido na fonte	4.034	7.352
Outros impostos a recolher	3.544	1.164
Imposto de renda retido na fonte	1.062	2.470
Total	8.640	10.985

10. Provisões trabalhistas

	2025	2024
Provisão de férias	771.545	421.507
IR 0561	291.152	165.631
INSS a recolher	171.382	110.224
FGTS a recolher	50.434	31.376
Salários a pagar	14.734	240.341
PIS a recolher	4.330	5.061
IR 0588	895	-
Contr. sindical a recolher	30	-
Total	1.304.500	974.140

O aumento das provisões trabalhistas no exercício está diretamente relacionado ao movimento de expansão da consolidação e ampliação do portfólio de iniciativas do Instituto, com crescimento no quadro de colaboradores entre 2024 e 2025 representando um aumento de aproximadamente 74% das provisões.

11. Projetos a executar

Constitui-se em contrato de doação firmado com a Vale S.A., destinado à execução de projetos voltados ao fortalecimento das políticas públicas estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados do Maranhão e Pará, por meio de apoio técnico à implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Em 2025, foi firmado contrato de doação com o WRI Brasil para execução de projeto de pesquisa sobre alimentação saudável, com foco na investigação dos fatores que influenciam as escolhas alimentares da população brasileira, por meio de revisão de literatura e pesquisa qualitativa, com geração de evidências para apoio à formulação de políticas públicas.

Adicionalmente, as transferências registradas referem-se a desembolsos realizados pelo Instituto para cobertura de excedentes dos projetos. Tais valores foram inicialmente reconhecidos no ativo como despesas a reembolsar; entretanto, diante da ausência de expectativa de reembolso pelo parceiro, foram baixados ao resultado, sendo reconhecidos como “Custo de projetos a executar”.

Movimentação em 2025:

Descrição	Valores				
	Saldos inicial	recebidos repasses	Consumo	Transf	Saldo final
Piloto Maranhão Pol. Pública	210.186	-	(353.119)	142.933	-
Piloto Pará Pol. Pública	214.279	-	(392.497)	178.218	-
Pesquisa Alimentação Saudável	-	150.955	(150.955)	-	-
Total	424.464	150.955	(896.570)	321.151	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação em 2024:

Descrição	Saldo inicial	Valores		Saldo final
		recebidos repasses	Consumo	
Piloto Maranhão Pol. Pública (i)	218.331	223.078	(231.223)	210.186
Piloto Pará Pol. Pública (i)	223.078	223.078	(231.877)	214.279
Total	441.409	446.156	(463.100)	424.464

12. Patrimônio social

Conforme o Estatuto Social, o Instituto Pacto Contra Fome deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu patrimônio. Dessa forma, eventual déficit apurado, após compensação do (déficit) acumulado, deverá ser integralmente incorporado ao patrimônio social.

13. Receitas para execução de programas e projetos

	2025	2024
Piloto Pará Pol. Pública	392.497	231.878
Piloto Maranhão Política Pública	353.119	231.223
Pesquisa Alimentação Saudável	150.955	-
Total	896.570	463.101

14. Receitas institucionais

	2025	2024
Doações pessoas físicas (PF)	10.639.275	6.089.533
Doações pessoas jurídicas (PJ)	10.436.608	6.834.704
Outras receitas	-	8.000
Total	21.075.883	12.932.236

15. Serviços voluntários

	2025	2024
Assessoria e consultoria (pro bono)	3.016.000	3.044.450
Diretoria estatutária	615.000	615.000
Total	3.631.000	3.659.450

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável às entidades sem finalidade de lucros, o Instituto Pacto Contra a Fome identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria e consultoria *pro bono* e estão assim sumarizados:

	2025	2024
Diretoria estatutária	615.000	615.000
Assessoria e consultoria (pro bono)	3.016.000	3.044.450
Total	3.631.000	3.659.450

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no déficit do exercício. Composto por 11 parceiros pró-bono e 11 cofundadores/diretoria estatutária.

16. Custos operacionais

Custos para execução de programas e projetos

	2025	2024
Serviços de terceiros	(558.647)	(163.550)
Despesas pessoal	(166.807)	(174.141)
Viagens	(123.768)	(113.750)
Despesas administrativas	(28.005)	(11.627)
Despesas tributárias	(18.038)	-
Marketing/ Captação Rec/ Desenv Parcerias	(1.000)	-
Despesas financeiras	(305)	(34)
Total	(896.570)	(463.101)

17. Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	(4.382.142)	(2.629.678)
Encargos trabalhistas	(1.845.361)	(1.347.162)
Pró-labore	(1.170.600)	(1.177.713)
Benefícios a funcionários	(1.772.795)	(1.045.993)
Provisão de Férias	(760.999)	(324.872)
Provisão de 13ª -	(552.112)	(231.497)
Estagiário	(61.787)	(30.600)
Autônomo	(26.509)	(5.082)
Total	(10.572.305)	(6.792.598)

O aumento das Despesas com pessoal no exercício está diretamente relacionado à expansão da estrutura operacional do Instituto, com crescimento do quadro de colaboradores entre 2024 e 2025, representando um aumento de aproximadamente 83%. Esse movimento reflete a consolidação e ampliação do portfólio de iniciativas estruturantes ao longo do período.

18. Despesas com serviços de terceiros

	2025	2024
Consultoria	(5.098.198)	(3.315.099)
Outros serviços tomados	(559.979)	(218.714)
Refeição/buffet	(372.661)	(90.754)
Jurídico	(149.459)	-
Prestação de serviços PJ	(115.425)	(898.130)
Contabilidade	(100.365)	(87.728)
Manutenção/limpeza	(58.707)	(13.665)
Apresentação	(36.350)	-
Auditoria	(27.500)	-
Editor	(16.350)	-
Revisão de textos/tradução	(10.520)	-
Total	(6.545.513)	(4.624.091)

O aumento das despesas com serviços de terceiros no exercício está relacionado à execução das principais entregas dos projetos em 2025, refletindo a contratação de consultorias, assessorias e especialistas técnicos para desenvolvimento de estudos, diagnósticos, estruturação de iniciativas e apoio à implementação de projetos estratégicos, contribuindo para a qualidade e escala das entregas realizadas no período.

19. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas administrativas	(1.610.197)	(1.096.447)
Viagens	(1.276.429)	(839.112)
Ocupação	(770.320)	(338.881)
Marketing/captação rec/desenvolvimento de parcerias	(431.191)	(222.856)
Assistência social/filantropia	(321.151)	-
Despesas com veículos	(860)	(983)
Total	(4.410.148)	(2.498.278)

20. Despesas tributárias

	2025	2024
ITCMD	(125.000)	(224.574)
IPTU	(76.120)	(20.859)
Outros impostos e taxas	(11.472)	(1.756)
Total	(212.592)	(247.189)

21. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros e multas passivas	(7.393)	(2.723)
IOF	(6.070)	(4.651)
Tarifas bancária	(2.628)	(199)
Descontos concedidos	(217)	-
Outras despesas financeiras	(466)	-
Total despesas financeiras	(16.774)	(7.573)
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	350.546	283.983
Descontos obtidos	32.987	-
Total receitas financeiras	383.533	283.983
Resultado financeiro	366.759	276.410

22. Seguros

A política do Instituto é de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em

face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas e equipamentos, bens próprios e de terceiros e acidentes de trabalho. O valor segurado contratado em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente para cobrir eventual risco de sinistro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente, e consequentemente, não foram auditadas.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui formalizadas políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. O Instituto destaca que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros do Instituto, são classificados como custo amortizado.

23.1. Gerenciamento do risco financeiro

A política da administração é manter uma sólida base de recursos. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando que devem acompanhar os resultados das atividades econômicas em geral.

Atualmente todo o recurso financeiro disponível do Instituto está alocado em Certificados de Depósito Bancário do Banco Itaú.

O Instituto não contrata produtos financeiros derivativos e não possui empréstimo e, portanto, não existem riscos financeiros atrelados a essas modalidades.

23.2. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Instituto procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco.

23.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

23.4. Risco de mercado

Dado que os investimentos do Instituto estão 100% alocados em CDBs de banco de primeira linha, remunerados a 100% do CDI, e que o Instituto não possui dívida bancária contratada e produto financeiro derivativo contratado.

* * *